

Editorial

ECONOMIA

- Brasil

Receita de longo prazo

O PRESIDENTE Luiz Inácio Lula da Silva fez o Brasil reviver, nesta semana, velhos fantasmas que se julgava superados havia bastante tempo. Em reunião com ministros e técnicos da equipe econômica, destinada a debater medidas para o crescimento, mostrou impaciência e desprezo com o que considerou excesso de timidez nas propostas apresentadas. Num dilema que perseguiu muitos presidentes antes dele, exigiu medidas de efeito mais imediato. Lula tem pressa. Deseja resultados vistosos na economia já em 2007.

É inconcebível que, à esta altura, o Brasil ainda assista a intermináveis discussões ministeriais sobre rumos da política econômica e, mais grave, à busca de atalhos. Pois foi o que se viu na terça-feira. Lula ouviu da sua equipe uma longa lista do que poderia ser feito em desoneração de impostos e corte de gastos. O presidente não quis saber, porém, de contenção de despesas, nem de medidas graduais para estimular a economia. Recusou-se a ouvir uma exposição sobre reforma da Previdência.

Um erro. De João Figueiredo a Itamar Franco, José Sarney incluído, sempre que governos tentaram encontrar atalhos para crescimento imediato e acelerado, bons indicadores não resistiram ao tempo e foram sucedidos por retrocessos ainda maiores. Assim ocorreu quando Figueiredo se recusou a fazer os ajustes externos necessários para enfrentar a crise da dívida que se avizinhava na América Latina. Ou quando Sarney optou pelos ganhos imediatos que conduziram ao fracasso do Plano Cruzado.

Não há milagres na economia. O espanto é Lula imaginar que pode colher os frutos de uma expansão econômica sem plantar as raízes necessárias para alcançá-la, conforme sugere o novo estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, órgão ligado ao Ministério do Planejamento. Possivelmente o presidente não leu e não ouviu.

Em 138 páginas, uma agenda para o crescimento econômico e a redução da pobreza mostra por que a tarefa do segundo mandato do presidente será criar as condições para que o país possa crescer, de maneira sustentada, entre 4,5% e 5% ao ano. Prevê que somente em 2017 a economia atingirá o patamar sonhado pelo presidente – e, ainda assim, se for feita uma ampla lição de casa, que inclui as complexas reformas trabalhista, previdenciária e judiciária.

Organizado pelos economistas Paulo Mansur Levy e Renato Vilella, o texto deve ter desagradado o presidente Lula. Não propõe ajustes abruptos e politicamente inexecutáveis. Os autores discutem não só o roteiro de ajuste fiscal como mudanças qualitativas para maior eficiência das políticas setoriais, como as de educação, saúde, transferência de renda e re-

Lula erra ao imaginar que pode colher os frutos sem plantar as raízes necessárias para alcançá-los

gulação das atividades ligadas à infra-estrutura.

Entre 1931 e 1980 o Brasil cresceu em média 4% ao ano, uma das mais elevadas taxas do mundo. Nos 25 anos seguintes, o índice caiu a meros 0,3% anuais. Recuperar a musculatura perdida exigirá do país a aprovação de reformas estruturais pesadas. É impossível crescimento duradouro sem um programa sério de arrumação das contas públicas. Tampouco as contas serão arrumadas sem uma nova mudança na Previdência.

Para o presidente e alguns companheiros, entretanto, já se fez o suficiente no primeiro mandato para pôr ordem na casa e domar a inflação. Falso. O serviço não está completo. O Ipea pôs à mesa do presidente um cardápio vasto e eficaz, mas que exige paciência e longo prazo. Presidentes costumam imaginar receitas rápidas. Verdadeiros estadistas as concebem com mais paciência e cuidado.